



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 1/2016, 29 de fevereiro

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no **Multiusos de Vale do Peso**, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência do seu excelentíssimo Presidente, **António Belo Salvado Pratas**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
2. **Senhas de Presença pela Participação dos membros da Assembleia Municipal;**
3. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Autorização da Abertura do Procedimento Concursal Comum de Recrutamento para Preenchimento de um Posto de Trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional (Coveiro) para o Setor de Ambiente, previsto e não Ocupado no Mapa de Pessoal do Município do Crato para o Ano de 2015 e 2016, com vista à Celebração de um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado;**
4. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Município do Crato - ARU, nos termos da Lei 32/2012, de 14 de agosto;**
5. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de Emissão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento Público Municipal na Regularização da Atividade Pecuária à Agro Durão Sociedade Agrícola Lda. - Herdade do Aguilhão;**
6. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Empréstimo Bancário - Deliberação n.º 36, Ata n.º 3/2016, de 10 de fevereiro, para os efeitos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;**
7. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de pedido de autorização para Empréstimo Bancário, para os efeitos do n.º 5, artigo 49.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro;**



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

8. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2016.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Belo Salvado Pratas**, procedeu à tomada de posse do membro **Álvaro Manuel Casaca Duro Costa**, eleito imediatamente a seguir na lista do PSD, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro.

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença de António Belo Salvado Pratas, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, José António Bento Amaro, Francisco José Rei Alexandre, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Pedro Miguel Belo Coelho, José David Mendes Pereira, José Maria Mendes Fura, Álvaro Manuel Casaca Duro Costa, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Cláudia Sofia Carrilho Morgado Raposo e Armando Manuel Carrilho Coelho.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

No que respeita aos **membros do Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, José Correia da Luz e dos senhores Vereadores João Manuel Ferreira Farinha, João Teresa Ribeiro, Fernando Jesus Santos Gorgulho e Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes.

O eleito **Manuel dos Santos Malaquias** fez-se substituir pelo eleito **Rui Miguel Varela Chorrinca**.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Belo Salvado Pratas** deu início aos trabalhos.

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida** de 16 de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, considerando que, na ata n.º 6/2015 da sessão ordinária de 16 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal, deveria constar a fundamentação da renúncia ao cargo de membro da Assembleia Municipal, do eleito José Filipe Carrilho, tal como as intervenções feitas pelos eleitos aquando desta situação.

Considera que, futuramente, deverão estar anexadas à ata, todas as recomendações aprovadas e declarações de voto apresentadas.

Tomou a palavra o eleito **Dr. Francisco Sampaio Soares, do PSD**, subscrevendo a intervenção do eleito Fernando Carmosino e, dizendo que, a ata não deve ter qualquer juízo de valor sobre a existência de fundamento ou não, sobre aquilo que é dito, referindo-se ao facto de estar explanado na ata n.º 6/2015 que *“o eleito José Filipe Carrilho, protestou sem qualquer fundamento”*, considerando também que deveria ser escrito o teor desse protesto e das declarações que foram feitas. Considera que esta situação que surgiu nesta reunião, não foi de menor importância, considerando que a ata não traduz isso, minimamente, ou seja, deveriam constar todas as declarações feitas.

Disse que, na última reunião, quando foi levantada a questão das respostas da Câmara Municipal aos requerimentos apresentados pelos eleitos da Assembleia Municipal, se limitarem a dizer que as questões colocadas tinham sido remetidas para os serviços competentes, teve ocasião de se pronunciar sobre essa questão e de deixar claro que também no seu entendimento isso não é uma resposta, ou seja, pode servir para justificar o facto de não haver uma resposta naquele momento, mas essa resposta tem que surgir posteriormente.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas, disse que a ata seria alterada na, página 8, a saber:

Onde se lê:

“O eleito José Filipe Carrilho protestou sem qualquer fundamento e foi informado de quais os procedimentos que deveria formalizar à Mesa da Assembleia Municipal e, o plenário decidiria, contribuindo assim para o bom funcionamento do órgão.”

Deverá ler-se:

“O eleito José Filipe Carrilho protestou e foi informado de quais os procedimentos que deveria formalizar à Mesa da Assembleia Municipal e, o plenário decidiria, contribuindo assim para o bom funcionamento do órgão.”

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas, colocou a proposta de ata nº 6/2015 da sessão ordinária de 16 de novembro de 2015, corrigida à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) 10 (dez) votos a favor, a saber:

- 10 (dez) votos do Grupo do PS: António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Armando Manuel Carrilho Coelho, Cláudia Sofia Carrilho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

b) 6 (seis) votos contra, a saber:

- 4 (quatro) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José David Mendes Pereira, Rui Miguel Varela Chorinca, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

c) **3 (três) abstenções**, a saber:

- **1 (um) voto do Grupo da CDU:** Francisco José Rei Alexandre;
- **2 (dois) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet e Álvaro Manuel Casaca Duro Costa.

Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal duas **Propostas de Moção** apresentadas pelo **Grupo da CDU**, tendo sido admitidas para discussão por **unanimidade**.

Proposta de Moção

“Dia Internacional da Mulher – 8 de março”

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga, 1910), de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

O Poder Local democrático, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de Março em liberdade, em 1975.

O Poder Local tem um papel importante na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais.

Neste órgão autárquico queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho de Crato.

Em Portugal iniciou-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos quatro anos e que têm importância para a melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais.

É um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.

A Assembleia Municipal de Crato, reunida em 29 de Fevereiro de 2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações."

Os eleitos do PS propuseram que esta proposta de moção fosse subscrita por todos os grupos políticos com assento na Assembleia Municipal, subscrição essa que foi aceite pelos eleitos da CDU.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, congratulando-se com a proposta dos eleitos do PS e, dizendo que, esta atitude é um marco muito positivo para o funcionamento deste órgão, pois é uma das primeiras propostas, apresentada pelos eleitos da CDU que é subscrita pelos restantes partidos com assento na Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Handwritten signature
①

A Proposta de Moção sobre o Dia Internacional da Mulher – 8 de março, foi colocada à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Proposta de Moção

“O Orçamento de Estado para 2016 e as Autarquias Locais”

Considerando que a proposta de OE para 2016:

- Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço e, minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda;*
- Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abruta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011.*

A Assembleia Municipal do Crato, reunida a 29 de fevereiro de 2016, delibera:

- 1.º Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal;*
- 2.º Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais;*
- 3.º Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.*

Os eleitos do PS propuseram uma alteração à proposta:

Onde se lê:



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

2.º *Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais.*

Deverá ler-se:

2.º *Estimular o Governo a aumentar os recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais.*

A **Proposta de Moção sobre o Orçamento de Estado para 2016 e as Autarquias Locais**, com as alterações sugeridas, foi colocada à votação, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

O **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas**, informou que foi recebido pela Assembleia Municipal um apelo à adesão e inscrição no Congresso da AMAlentejo – Mais Poder Local, Mais Democracia, Melhor Alentejo, que se realizará no dia 2 de abril de 2016, em Troia.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Congresso da AMAlentejo, considerando que tem objetivos muito nobres, tais como, discutir e debater os problemas do Alentejo.

Propôs que, a Assembleia Municipal do Crato, aderisse a este movimento e se fizesse representar no congresso, no dia 2 de abril de 2016, data em que, a Constituição da República Portuguesa e o Poder Local comemoram o seu 40.º aniversário.

Referiu ainda que, a comissão promotora integra uma panóplia de personalidades, com objetivos muito claros, onde estão definidas várias sensibilidades políticas.

Tomou a palavra o **Presidente da União de Freguesia de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Diogo**, confirmando a receção da documentação do Congresso em questão e, dizendo que estas iniciativas por vezes, têm alguma desconfiança e, quando se é abordado pela primeira vez fica-se um pouco renitente, apesar de considerar que este congresso começa a tomar alguma consistência em termos de oradores e, em termos de inscrições.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Informou que, a Junta de Freguesia que representa, se fará representar neste Congresso, bem como a Assembleia de Freguesia, se esta assim o entender, mesmo tendo ainda alguma desconfiança na repetição de representações e de órgãos representativos.

Considera que, a Assembleia Municipal do Crato deveria fazer-se representar, por decisão deste órgão ou por decisão do Presidente da Assembleia e, não ser aglutinadora das vontades de cada membro, pois cada um é livre de se inscrever por si só.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, informando que, como autarca irá estar presente neste Congresso, que concorda que a Assembleia Municipal decida a representação deste órgão e, que, quem for nomeado para representar a Assembleia Municipal do Crato, possa intervir de forma a dar conhecimento dos problemas e das carências desta região.

Tomou a palavra o eleito **Pedro Coelho, do PS**, considerando que, ao abordar estes assuntos tem que haver sempre algum cuidado, pois pode haver várias interpretações e, que, as estruturas de discussão destes assuntos são conhecidas e sabe-se claramente a legitimidade que têm para o efeito.

Disse que, muitas vezes, a criação destes movimentos são vistos com alguma desconfiança ou até mesmo com algum protagonismo por parte de quem os organiza.

Considera que, tendo a Assembleia Municipal do Crato um Presidente e uma Mesa, deve ser este a representar o órgão, se assim o entender e, havendo a possibilidade de cada membro se inscrever individualmente, disse que, não há uma necessidade extrema de efetuar este compromisso com uma proposta de se fazer representar neste evento.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, de facto existe uma carga de desconfiança muito grande e, que, quando existe um movimento cívico isso não é benéfico.

Disse que, neste momento, tem mais desconfiança no enquadramento das comunidades intermunicipais do que em qualquer um destes movimentos, pois acredita na regionalização.

Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, manifestando a sua adesão pessoal a esta iniciativa e, considerando que, os órgãos autárquicos do concelho do Crato, deveriam estar formalmente representados, expressando posições que vinculem esses órgãos.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Considera que, na eventualidade deste órgão se fazer representar, deveria discutir-se o que se vai transmitir nesse evento.

Tomou a palavra o **Presidente da União de Freguesia de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Diogo**, subscrevendo a intervenção do Prof. Tribolet em conjunto com a proposta apresentada pelo eleito Fernando Carmosino, ou seja, que a Assembleia Municipal do Crato adira ao movimento da AMAlentejo, que se faça representar no Congresso de 2 de abril, em Troia e que se crie um grupo de trabalho representado por todos os grupos políticos com assento na Assembleia Municipal do Crato, com a finalidade de elaborar um documento orientador para o referido congresso.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, concorda com a intervenção do Presidente da União de Freguesia de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Diogo e, que, no documento que sair desse grupo de trabalho devem constar assuntos de extrema importância para o concelho do Crato, tais como a Barragem do Pisão.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal do Crato, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que não é um ponto da ordem de trabalhos mas que, parece estar a tomar contornos de representatividade do Município e, a Câmara Municipal como órgão eleito que representa os Municípios, poderá ter algo a dizer sobre a matéria e, não querendo imiscuir-se naquela que será objeto de uma decisão da Assembleia Municipal, solicitou a palavra.

Sobre a matéria em questão disse que, quer enquanto particular, quer enquanto Presidente da Câmara Municipal, nada recebeu, sabendo que este tipo de coisas, chegam mais depressa a uns sítios do que a outros ou, por vezes, não chegam nunca e, por isso não conhece o dossier.

Referiu que, Portugal vive um período especial na sua história da democracia. Acabou de confirmar-se um poder executivo no Governo do País, não pensado, desde há 40 anos a esta parte, em que um partido de esquerda foi apoiado, pela primeira vez, por partidos à sua esquerda e, no fundo, são a base de sustentabilidade desse Governo.

Disse que, o Governo está a dar os primeiros passos e, do seu ponto de vista, de forma muito positiva, de forma a democratizar, a ouvir todos, de forma a estabelecer pontes com todos os portugueses.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Referiu que, o próprio orçamento, que ainda não passa de uma aprovação na generalidade e, portanto, ainda nem sequer está em vigor, dá disso, sinais evidentes.

Neste contexto, considera que, seria necessário que todos estivessem no seu lugar, olhando de forma tranquila mas, olhando de forma inteligente para os passos que estão a ser dados.

Disse que, Portugal é uma república fundada no estado de direito, tem instituições próprias, tanto ao nível do Poder Central como ao nível do Poder Local e, que, funcionam bem.

Deste modo, perguntou porquê, para quê, a serviço de quê, com que objetivos se criam estruturas exteriores a estas que referiu, considerando que, funcionam bem.

Referiu que, num estado de direito, não entende o facto de se estar a criar estruturas que não foram eleitas, que dependem apenas da vontade de quem quiser fazer parte de grupos.

Considera que, o País tem expressão livre, que os grupos podem perfeitamente organizar-se enquanto tais, e não vê mal nenhum em que este grupo se organize mas, não enquanto representante lateral de estruturas como as do Poder Local.

Referiu que, qualquer decisão tomada que não se coadune com este pensamento, que é o seu, entende que, antes de mais nada, é uma falta de respeito, por si próprio, de quem assim decidir.

Disse que, enquanto Presidente da Câmara Municipal do Crato, por enquanto não adere a este projeto.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que, a intervenção do senhor Presidente da Câmara, foi uma intromissão grosseira, naquilo que é a autonomia da Assembleia Municipal.

Referiu que, o que aqui está não é uma estrutura como foi referido pelo senhor Presidente da Câmara mas sim um evento, um momento que irá produzir algo e, que, se estingue após a sua reflexão.

Disse que, aquilo que foi sendo construído pela Assembleia a nível de propostas para a representação da Assembleia Municipal neste evento, não era para destituir nenhum poder da Câmara Municipal, apenas se discutiu a representação da Assembleia.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Disse que, a Assembleia Municipal não precisa pedir autorização à Câmara Municipal, para se fazer representar onde quer que seja, ou vice-versa.

Considera que, as intervenções que antecederam o senhor Presidente da Câmara foram contributos e, que, por respeito a si próprio, vai debater este assunto até ao fim.

Tomou a palavra o eleito **Dr. Francisco Sampaio Soares, do PSD**, dizendo que, a ideia com que ficou é que isto não é nenhuma estrutura que vai ser criada, será apenas um momento de reflexão.

Disse que, o senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, não explicou aquilo que motivava o seu raciocínio e, ficou sem perceber qual é a objeção de fundo à representação da Assembleia Municipal neste congresso.

Referiu que, o que está em causa é a representação da Assembleia Municipal e não a representação da Câmara Municipal.

Considera que, a intervenção do senhor Presidente da Câmara, foi nitidamente com o objetivo de influenciar a deliberação que terá que ser tomada, relativamente à representação da Assembleia Municipal, neste evento.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que acha estranho que o Município do Crato não tenha recebido a documentação do Congresso da AM Alentejo mas, que, vai averiguar.

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dizendo que, só hoje teve conhecimento deste congresso, congratulando-se como cidadão e como autarca, em que sejam promovidos este tipo de movimentos de cidadania.

Disse que, mediante estas circunstâncias, concorda que o órgão Assembleia Municipal se faça representar neste evento de discussão de ideias.

Considera que, o grupo de trabalho que venha a sair desta Assembleia Municipal, possa fazer uma ponte com o Executivo Municipal, para que, em conjunto, seja elaborado um documento para intervenção nesse congresso, em representação conjunta e representativa do Município do Crato.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Depois de várias intervenções feitas por alguns membros da Assembleia Municipal sobre a representação da Assembleia Municipal no referido congresso, o Presidente da Assembleia Municipal fez um intervalo, para que os grupos políticos apresentassem as suas propostas.

Retomados os trabalhos, foram apresentadas duas propostas, uma pelo **Grupo do PS**, identificada como **Proposta A** e, outra pelos **eleitos da CDU** identificada como **Proposta B**, as quais foram **admitidas para discussão por unanimidade**.

Proposta A:

“Recomendação à Assembleia Municipal do Crato, no sentido da adesão voluntária dos seus eleitos ao Congresso da AMAlentejo, contribuindo assim para que se discuta os problemas e principalmente as soluções para o Alentejo.”

Tomou a palavra o **Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo**, dizendo que, mantém tudo, o que disse na sua intervenção, no entanto respeita a decisão tomada pelo seu grupo político e, se, a proposta apresentada pelo PS for votada, informou que apresentaria declaração de voto.

Informou que, se fará representar neste congresso, ou como Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, ou como pessoa singular.

Proposta B:

“Propõe:

- 1. Que a Assembleia Municipal adira ao Movimento AMAlentejo;*
- 2. Que se faça representar no Congresso, através da Mesa.”*

Postas à votação a **Proposta A** mereceu **10 votos**, a saber:

- **10 (dez) votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Armando Manuel Carrilho Coelho, Cláudia Sofia Carrilho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

O **Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo** apresentou declaração de voto.

A **Proposta B** mereceu **9 votos**, a saber:

- **5 (cinco) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José David Mendes Pereira, Francisco José Rei Alexandre, Rui Miguel Varela Chorinca, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.
- **4 (quatro) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Álvaro Manuel Casaca Duro Costa e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que o clima que se vive nesta altura em termos de autarquias e, em termos de governação autárquica, tendo em conta o novo Governo da República Portuguesa e, tendo também em atenção, o Orçamento que está aprovado, apenas na generalidade e, que ainda não está em vigor.

Disse que, este assunto não é atividade da Câmara, mas tem uma influência imediata e direta em toda a atividade da Câmara e, é bom que toda a Assembleia conheça, pelo menos o ponto de vista do Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta que ele é positivo em vários sentidos.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Referiu que, existem determinados tipos de compromissos que estão a ser assumidos por este Governo, nalguns casos com medidas claramente tomadas, que vão no sentido de deixar, antever de uma forma mais aberta as perspetivas de gestão dos Municípios.

Informou que, há um programa a ser preparado pelo Governo, com vista a dotar o próximo quadro autárquico, com uma nova legislação autárquica no âmbito da descentralização de competências na atribuição de novos poderes, considerando que, deste modo, o Poder Local pode fazer melhor, mais rápido e com despesas mais reduzidas, no domínio da Educação, da Saúde, da Gestão Administrativa, sendo toda esta panóplia de responsabilidades que se prevê, que vai permitir às autarquias a trilhar caminhos de entrar em paridade com a Europa.

Disponibilizou-se para responder a qualquer questão feita pelos membros da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Diogo**, fazendo referência ao quadro do movimento turístico, inserto no documento da Atividade da Câmara e considerando que o turismo é uma das principais atividade que o Município deve apostar, pois é fonte de grande desenvolvimento para o Concelho.

Relativamente ao Apoio Social disse que, a Câmara Municipal despendeu de uma verba significativa no ano de 2015 e, que, é uma área em que a autarquia deve apostar, tal como tem feito até à data.

Em relação à delegação de competências, que foi referida pelo senhor Presidente da Câmara na sua intervenção anterior disse que, concorda com umas mas, tem receio de outras, nomeadamente no que diz respeito aos “espaços do cidadão”, pois a linha que separa estes espaços do cidadão, em os serviços que presta e outros serviços que pode pôr em causa, é muito ténue.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que relativamente ao Orçamento de Estado, acredita que a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) estão a dar o seu contributo no sentido de reivindicar o que é de seu direito e, portanto, considera que poderá haver algo de positivo no geral da governação.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Relativamente ao Poder Local disse que, os problemas estão referenciados e com a nova reestruturação e a boa vontade de todos, acredita que se chegue a bom porto.

Considera que, deveria haver maior transparência no que diz respeito às instituições, dando como exemplo o caso da Segurança Social que deveria fornecer, anualmente, certas informações às autarquias.

Considera que, o Turismo é um dos setores mais importantes para a economia nacional e, que, se deve investir bastante para promover os recursos que o concelho possui, pois quanto mais oferta houver, mais procura haverá e, conseqüentemente, mais postos de trabalho existirão.

Relativamente à Atividade da Câmara Municipal, disse que, a mesma, terá validade no dia em que o senhor Presidente da Câmara se digna responder àquilo que é, sucessivamente solicitado pelos eleitos da CDU, através de requerimentos.

Considera que, existem assuntos que não deveriam figurar neste documento, uma vez que são obras que já estão concluídas, dando como exemplo a Casa Mortuária de Vale do Peso e, referindo que, o Carnaval e a Festa de Passagem do Ano são atividades da Câmara Municipal e, não vem nenhuma referência a estes assuntos.

Considera que, para qualquer eleito fazer uma boa avaliação a este documento, seria necessário o mesmo, conter os mapas de resumo da despesa e da receita, tal como tem vindo a solicitar ao senhor Presidente da Câmara Municipal, através de requerimentos.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, alertando o senhor Presidente e o Executivo Municipal, para a necessidade da recuperação e melhoria, a seu tempo, de alguns dos caminhos denominados rurais e vicinais que estão a precisar uma intervenção, devido ao inverno bastante pluvioso.

Relativamente à delegação de competências, disse concordar com algumas e discordar com outras, pelo facto das freguesias não possuírem os meios humanos e técnicos para responder a algumas necessidades existentes.

Tomou a palavra o eleito **José Maria Fura, do PS**, dizendo que, tendo em conta o que a freguesia de Flor da Rosa representa para o turismo do Concelho e constatando que, de há dois mandatos a esta parte, não tem sido alvo de qualquer intervenção, sente-se na obrigação de questionar o



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

senhor Presidente da Câmara Municipal, qual o motivo para o sucedido, chamando a atenção dos técnicos responsáveis pelas obras e projetos em curso na freguesia de Flor da Rosa, dando alguns exemplos daquilo que considera necessário serem intervencionados, tal como o reforço da iluminação pública, identificação e iluminação das fontes medievais (Fonte Branca e Fonte do Álamo), reabilitação paisagística do espaço verde e passeios pedonais, etc., lamentando o estado de abandono, a que esta aldeia histórica, chegou.

Referiu que, a obra projetada para a aldeia de Flor da Rosa está inacabada, a qual considera que deverá ter um termo, para que, os turistas que a visitam levem uma boa impressão desta aldeia histórica.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que, é uma preocupação da Câmara Municipal o estado negativo, avaliado pelo eleito José Maria Fura, referindo que a autarquia não consegue chegar a certas e, determinadas situações.

Disse que, a Câmara Municipal não pode ir fazer uma nova obra em Flor da Rosa, para recolocar tudo como se não tivesse existido aquela, para cujo financiamento, a Câmara se candidatou em devido tempo e, cuja execução foi ali concluída.

Disse concordar que existe um défice da iluminação pública mas, é forçado a concluir que, aquele foi o estudo que foi feito em termos de arquitetura de espaços públicos e de iluminação pública, referindo que, seria necessário refazer um projeto e, ver, em que medida é que é possível, sendo do conhecimento público que, uma das suas preocupações é reunir todas as partes suscetíveis de envolvimento, para rever o plano da iluminação pública de Flor da Rosa e, aquilo que se concluiu e foi possível, foi que, a Câmara Municipal adquirisse algumas luminárias e as mandasse colocar.

Referiu que, o ponto de vista de quem visita Flor da Rosa, na qualidade de turista, não é o mesmo ponto de vista dos seus moradores, pois uma aldeia supostamente medieval, com um monumento fantástico a todos os títulos, não pode ter uma iluminação típica de uma qualquer cidade, sendo necessário haver alguma escala e alguma capacidade, de se olhar para ela com esta abertura, lamentando que, que a conceção feita para esta iluminação não sirva os habitantes de Flor da Rosa.



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Disse que, o estudo feito da iluminação não previu a iluminação das fontes referidas pelo eleito José Maria Fura e, se for possível, terá todo o gosto em protagonizar uma iluminação que lhes dê a devida importância, usando o parecer de entidades que, tecnicamente habilitem a fazê-lo.

Disse que relativamente ao turismo, Flor da Rosa representa, em sede de turismo, uma peça importantíssima, do concelho do Crato.

2. Senhas de Presença pela Participação dos membros da Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas**, disse que este ponto vem na sequência do abandono dos eleitos da CDU numa anterior sessão da Assembleia Municipal e, enquanto Presidente deste órgão, solicitou pareceres às entidades competentes, nomeadamente à CCDRA e ao Jurista da Câmara Municipal do Crato, pareceres esses que foram distribuídos por todos os membros da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o eleito **Pedro Coelho, do PS**, dizendo que este ponto trata de aceitar a justificação ou não, do abandono dos eleitos da CDU da citada sessão da Assembleia Municipal.

Referiu que, os eleitos do PS, por uma linha de pensamento coerente e, até pelas intervenções que tiveram nessa anterior Assembleia, irão manter a posição de não aceitar a justificação dada pelos eleitos da CDU.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, referindo que quando foram solicitados os pareceres às entidades competentes, foi enviado em anexo, a minuta de ata, que dizia que *“os eleitos da CDU abandonaram a sessão sem justificação”* e, que, na sessão seguinte foi aprovada a ata dessa mesma reunião com a alteração de *“os eleitos da CDU fundamentaram o seu abandono por considerarem que ao participar na discussão e posterior votação, estariam a contradizer-se e a legalizar aquilo que consideram ilegal”*.

Neste âmbito, considera que os pareceres dados foram de acordo com a minuta da ata e não de acordo com a ata aprovada com as alterações sugeridas.

Relativamente ao pagamento dos quilómetros disse que, também existem dúvidas e solicitou esclarecimentos.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Tomou a palavra o eleito **Pedro Coelho, do PS**, dizendo que o que está em causa é a atitude tomada pelos eleitos da CDU que, aquando da discussão do ponto que não lhes interessava discutir.

O **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas**, informando que dessa reunião, nenhum dos eleitos recebeu nem senhas de presença nem quilómetros, uma vez que entendeu solicitar os referidos pareceres.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, referindo que, os cinco eleitos da CDU que se ausentaram da referida reunião, ainda votaram quatro pontos da ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o eleito **José David Pereira, da CDU**, dizendo que teve o cuidado de ler os pareceres e constata que partem os dois do princípio de que não houve fundamento da decisão do abandono. A ata aprovada pela Assembleia Municipal refere que *“os eleitos da CDU fundamentaram o seu abandono por considerarem que ao participar na discussão e posterior votação, estariam a contradizer-se e a legalizar aquilo que consideram ilegal”*.

Neste contexto disse que, os pareceres jurídicos são baseados na minuta da ata e não na ata aprovada pela Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, referindo que havendo uma inconsistência, a mesma deveria ser esclarecida antes da votação, ou seja, informar quem deu estes pareceres do conteúdo da ata aprovada pela Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Diogo**, apresentando uma proposta no sentido de se enviar a ata aprovada pela Assembleia Municipal às mesmas entidades competentes, formulado assim um novo parecer sobre esta matéria e, este ponto baixaria para estudo.

Depois das intervenções feitas Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas**, colocou a proposta apresentada pelo Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Diogo, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

3. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Autorização da Abertura do Procedimento Concursal Comum de Recrutamento para Preenchimento de um Posto



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

de Trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional (Coveiro) para o Setor de Ambiente, previsto e não Ocupado no Mapa de Pessoal do Município do Crato para o Ano de 2015 e 2016, com vista à Celebração de um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas, colocou a proposta de **Autorização da Abertura do Procedimento Concursal Comum de Recrutamento para Preenchimento de um Posto de Trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional (Coveiro) para o Setor de Ambiente, previsto e não Ocupado no Mapa de Pessoal do Município do Crato para o Ano de 2015 e 2016, com vista à Celebração de um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado** à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) 15 (quinze) votos a favor, a saber:

- 10 (dez) votos do Grupo do PS: António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Armando Manuel Carrilho Coelho, Cláudia Sofia Carrilho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- 5 (cinco) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José David Mendes Pereira, Francisco José Rei Alexandre, Rui Miguel Varela Chorinca, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.

b) 4 (quatro) abstenções, a saber:

- 4 (quatro) votos do Grupo do PSD: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Álvaro Manuel Casaca Duro Costa e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

4. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Município do Crato - ARU, nos termos da Lei 32/2012, de 14 de agosto

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas, colocou a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Município do Crato - ARU, nos termos da Lei 32/2012, de 14 de agosto à votação a qual foi aprovada por unanimidade.

5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de Emissão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento Público Municipal na Regularização da Atividade Pecuária à Agro Durão Sociedade Agrícola Lda. - Herdade do Aguilhão

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas, colocou a proposta de Emissão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento Público Municipal na Regularização da Atividade Pecuária à Agro Durão Sociedade Agrícola Lda. - Herdade do Aguilhão à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) 10 (dez) votos a favor, a saber:

- 10 (dez) votos do Grupo do PS: António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Armando Manuel Carrilho Coelho, Cláudia Sofia Carrilho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

b) 9 (nove) abstenções, a saber:

- 5 (cinco) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José David Mendes Pereira, Francisco José Rei Alexandre, Rui Miguel Varela Chorinca, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.
- 4 (quatro) votos do Grupo do PSD: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Álvaro Manuel Casaca Duro



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Costa e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

6. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Empréstimo Bancário - Deliberação n.º 36, Ata n.º 3/2016, de 10 de fevereiro, para os efeitos do n.º 2, artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, perguntando qual a situação do empréstimo aprovado na sessão de 16 de novembro de 2015 e, dizendo que nessa mesma reunião os eleitos da CDU defenderam e apresentaram recomendação, no sentido de se tomar outro caminho.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que esse empréstimo foi revogado pela Câmara Municipal e, conseqüentemente apresentado à Assembleia Municipal para aprovação da revogação e novo empréstimo.

Presente à Assembleia Municipal proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 artigo 51.º, da lei n.º 73/2013, 3 setembro, consubstanciada na deliberação n.º 36, Ata 3/2016, de 10 de fevereiro, da Câmara Municipal, para discussão e autorização prévia, com vista à contratação de um empréstimo bancário com as seguintes finalidades de investimento:

- **Beneficiação/adaptação de parte dos edifícios Sá Nogueira e da Antiga Escola Preparatória do Crato - 90 000 mil euros;**
- **Campo Futebol de Gáfete (Piso e Balneário) - 185 000 mil euros;**
- **Beneficiação/reparação do telhado da Escola do Monte da Velha - 3 500 euros;**
- **Beneficiação/reparação do telhado da Escola de Aldeia da Mata - 31 500 euros;**
- **Beneficiação de equipamentos públicos nos Largos do Rossio e Bello Moraes - 40 000 euros.**



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Quipant
B.

As despesas de investimento previstas no orçamento municipal para o ano de 2016 são no valor de 1 625 648 euros, sendo que 10%, corresponde a 162 564 euros, pelo que os 350 000 euros, ultrapassam os 10 % das despesas de investimento.

Assim propõem-se:

1. Revogar a deliberação n.º 2, Ata n.º 4/2013, 2 de Agosto e deliberação n.º 11, Minuta da Ata 6/2015, 16 de novembro, ambas da Assembleia Municipal do Crato;
2. Aprovar, para os efeitos do n.º 2 artigo 51.º, da lei n.º 73/2013, 3 setembro, consubstanciada na deliberação n.º 36, Ata 3/2016, de 10 de fevereiro, da Câmara Municipal, a autorização prévia, com vista à contratação de um empréstimo bancário para investimentos, depois de discutidas todas as finalidades do empréstimo a saber:
 - Beneficiação/adaptação de parte dos edifícios Sá Nogueira e da Antiga Escola Preparatória do Crato - 90 000 mil euros;
 - Campo Futebol de Gáfete (Piso e Balneário) - 185 000 mil euros;
 - Beneficiação/reparação do telhado da Escola do Monte da Velha - 3 500 euros;
 - Beneficiação/reparação do telhado da Escola de Aldeia da Mata - 31 500 euros;
 - Beneficiação de equipamentos públicos nos Largos do Rossio e Bello Moraes - 40 000 euros.

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas, colocou a proposta de Autorização Prévia para Empréstimo Bancário - Deliberação n.º 36, Ata n.º 3/2016, de 10 de fevereiro, para os efeitos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) 10 (dez) votos a favor, a saber:

- 10 (dez) votos do Grupo do PS: António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Armando Manuel Carrilho Coelho, Cláudia Sofia Carrilho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

b) 9 (nove) abstenções, a saber:

- 5 (cinco) votos do Grupo da CDU: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José David Mendes Pereira, Francisco José Rei Alexandre, Rui Miguel Varela Chorinca, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.
- 4 (quatro) votos do Grupo do PSD: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Álvaro Manuel Casaca Duro Costa e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

7. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de pedido de autorização para Empréstimo Bancário, para os efeitos do n.º 5, artigo 49.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Presente à Assembleia Municipal - sob proposta do órgão executivo consubstanciada na deliberação n.º 54, Ata 4/2016, de 24 de fevereiro, da Câmara Municipal - o pedido, para os efeitos do n.º 5 do artigo 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, acompanhado da informação sobre as condições praticadas em três instituições bancárias bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, documentos juntos aqui dados por integralmente reproduzidos, para autorização prévia, com vista à contratação de um empréstimo bancário com as seguintes finalidades de investimento:

- Beneficiação/adaptação de parte dos edifícios Sá Nogueira e da Antiga Escola Preparatória do Crato - 90 000 mil euros;
- Campo Futebol de Gáfete (Piso e Balneário) - 185 000 mil euros;
- Beneficiação/reparação do telhado da Escola do Monte da Velha - 3 500 euros;
- Beneficiação/reparação do telhado da Escola de Aldeia da Mata - 31 500 euros;



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

- Beneficiação de equipamentos públicos nos Largos do Rossio e Bello Moraes - 40 000 euros;

A Câmara aprovou adjudicar o empréstimo bancário no valor de 350.000 euros, à Caixa Geral de Depósitos, com taxa de juro nominal variável, indexada à Euribor a 1 ano, acrescida do spread de 1,34%, nos termos da informação técnica, contida no relatório de análise da Chefe da DAF, anexa e parte integrante da presente proposta.

Assim propõe-se:

(Aprovar nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, da lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado, com o n.º 5, artigo 49.º, da lei n.º 73/2013, 3 setembro, consubstanciada na deliberação n.º 54, Ata 4/2016, de 24 de fevereiro, da Câmara Municipal a autorização, com vista à contratação de um empréstimo bancário à Caixa Geral de Depósitos, com taxa de juro nominal variável, indexada à Euribor a 1 ano, acrescida do spread de 1,34%, para investimentos na:

- Beneficiação/adaptação de parte dos edifícios Sá Nogueira e da Antiga Escola Preparatória do Crato - 90 000 mil euros;
- Campo Futebol de Gáfete (Piso e Balneário) - 185 000 mil, euros;
- Beneficiação/reparação do telhado da Escola do Monte da Velha - 3 500, euros;
- Beneficiação/reparação do telhado da Escola de Aldeia da Mata - 31 500, euros;
- Beneficiação de equipamentos públicos nos Largos do Rossio e Bello Moraes - 40 000, euros.

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Pratas, colocou a proposta de Empréstimo Bancário nos termos do n.º 1, artigo 25.º, da lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado, com o n.º 5, artigo 49.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) 10 (dez) votos a favor, a saber:

- 10 (dez) votos do Grupo do PS: António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Armando Manuel Carrilho Coelho, Cláudia Sofia Carrilho Morgado,



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Quilombos
①

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

b) 9 (nove) **abstenções**, a saber:

- **5 (cinco) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José David Mendes Pereira, Francisco José Rei Alexandre, Rui Miguel Varela Chorinca, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.
- **4 (quatro) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Álvaro Manuel Casaca Duro Costa e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

8. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.^a Alteração ao Mapa de Pessoal 2016

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, questionando o senhor Presidente da Câmara de qual a área que corresponde esta alteração.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que, se trata de uma negociação feita através do Contrato Interadministrativo de delegação de competências sobre Educação, tratando-se de acrescentar um lugar de Assistente Técnico na área da Educação.

Tomou a palavra o eleito **Prof. Tribolet, do PSD**, questionando se o contrato com este lugar adicional deriva do contrato com o Ministério da Educação, ou seja, é o Ministério da Educação que paga ou é a Câmara Municipal?

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Correia da Luz**, dizendo que, as responsabilidades assumidas, diretamente perante os trabalhadores, no caso de haver o aumento deste lugar com o respetivo preenchimento é, da responsabilidade da Câmara



MUNICÍPIO DO CRATO Assembleia Municipal

Municipal e, no âmbito do Contrato Interadministrativo, ele será objetivamente compensado financeiramente e autorizado.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Pratas**, colocou a proposta de **1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2016** à votação a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **13 (treze) votos a favor**, a saber:

- **10 (dez) votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, José António Bento Amaro, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Pedro Miguel Belo Coelho, José Maria Mendes Fura, Armando Manuel Carrilho Coelho, Cláudia Sofia Carrilho Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Joaquim Bernardo Santos Diogo e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **3 (três) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares e Álvaro Manuel Casaca Duro Costa.

b) **6 (seis) abstenções**, a saber:

- **5 (cinco) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, José David Mendes Pereira, Francisco José Rei Alexandre, Rui Miguel Varela Chorinca, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco.
- **1 (um) voto do Grupo do PSD:** Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Do público presente, ninguém pediu a palavra para intervir.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e quatro horas e quarente e sete minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados,



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Belo Salvado Pratas**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

António Belo Salvado Pratas

Cristina Isabel dos Santos Pereira